



**RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS
1.º SEMESTRE 2012**



CONDURIL – ENGENHARIA, S.A.

Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835

4445-416 Ermesinde

PORTUGAL

Conservatória do Registo Comercial de Valongo

Capital Social: 10 000 000 €

NIF: 500 070 210

Alvará nº 568





Orgãos Sociais	4
Estrutura Organizacional	5
Relatório Consolidado de Gestão	6
Demonstrações Financeiras e Anexos	8
Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2012	9
Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas	10
Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio	11
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de Junho de 2012	12



ÓRGÃO SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Luís Amorim Martins (Chaiman)

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva)

Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-Presidente da Comissão Executiva)

Admar Américo Soares Paiva

Álvaro Duarte Neves Vaz

António Baraças Andrade Miragaia

Carlos António Soares de Noronha Dias

Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

João Baqueio Oliveira (Presidente)

Amadeu Augusto Vinhas

António Emanuel Lemos Catarino

CONSELHO FISCAL

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)

Daniela Brás Vigário Silva

José Tiago Sapage Meireles de Amorim

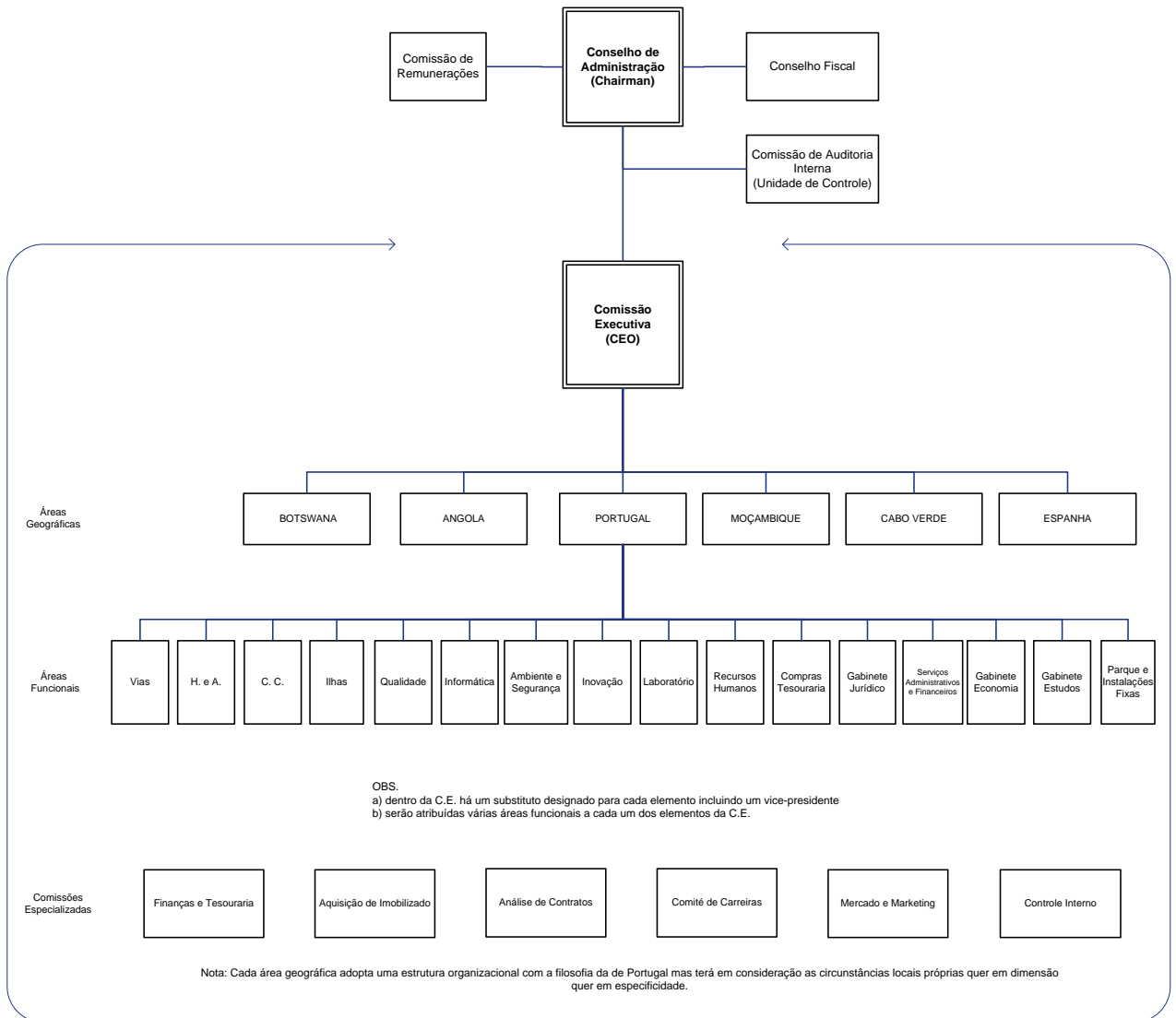
José Álvaro Fonseca Moura (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Horwath & Associados, SROC, Lda

Representada por Ana Raquel Borges Louro Esperança Sismeiro

Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa (Suplente)





Relatório Consolidado de Gestão

1 Análise da atividade

A deterioração da situação do setor da construção agravou-se de forma muito significativa no passado mais recente, com fortes repercussões a todos os níveis, originando uma expressiva destruição da capacidade produtiva instalada e do emprego. Esta situação já insustentável resulta do contexto económico que temos vindo a assistir, com quedas excecionais dos níveis de procura, extinção descontrolada de empresas e de emprego, e grandes constrangimentos na obtenção de financiamento.

Segundo dados divulgados pelo INE, o índice de novas encomendas na construção decresceu mais de 50%, no 1.º semestre, agravando todas as perspetivas de melhorias até ao final deste ano.

Apesar disso, o exercício do 1.º semestre do ano encerrou com um resultado positivo de 9.865.129 euros, representativo do nosso bom desempenho. Alcançamos um volume de negócios de 99.596.128 euros, dos quais 62% foi resultado da nossa atividade no estrangeiro.

Mantemos a nossa aposta na internacionalização, considerando a possibilidade de entrada em novos mercados efetiva a curto prazo.

Apesar dos estrangulamentos que o nosso setor tem vindo a sentir, os indicadores económico-financeiros refletem a nossa solidez, tal como se expressa no quadro seguinte:

<i>Indicadores económico-financeiros</i>	2012	2011
Volume de negócios (m€)	99.596	103.746
RLE (m€)	9.865	8.623
EBITDA (m€)	27.340	25.861
Rentabilidade do Ativo	2,4%	2,2%
Rentabilidade do Capital Próprio	6,6%	6,7%
Rentabilidade das Vendas	9,9%	8,3%
Autonomia Financeira	35,5%	33,5%
Liquidez geral	148,9%	158,1%

O número médio de colaboradores do 1º semestre de 2012 ascendeu a 2.332.

2 Perspetivas 2012

As mais recentes projeções apontam para uma forte contração da atividade económica em 2012, seguida de uma gradual recuperação ao longo de 2013. Não se antevendo perspetivas de recuperação do nosso setor a médio prazo, estamos empenhados em prosseguir com a nossa estratégia de desenvolvimento e consolidação da nossa atividade no estrangeiro, esperando alcançar uma carteira de encomendas no valor de 740 milhões de euros.



Demonstrações Financeiras e Anexos

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Montantes expressos em EURO

	Notas	2012	2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3;7	34.647.600	38.795.846
Ativos Intangíveis	3;6	62.083	75.182
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3;9	-	-
Participações financeiras (outros métodos)	3;9	667.690	927.309
Acionistas		-	11.495
Outros ativos financeiros	3;9	4.298.506	204.834
Ativos por impostos diferidos		160.911	138.213
Subtotal		39.836.790	40.152.879
Ativo corrente			
Inventários	3;10	8.729.889	9.544.227
Clientes	3;18	260.121.460	259.778.482
Clientes c/retenções de garantias	3;18	8.772.912	9.705.091
Adiantamentos a fornecedores	3	1.904.871	1.772.327
Estado e outros entes públicos	20	9.625.940	10.914.625
Acionistas		3.081.120	3.080.942
Outras contas a receber	3;11	34.906.492	32.669.899
Ativos detidos para negociação		3.298	923.013
Diferimentos	19	1.917.876	3.298
Caixa e depósitos bancários	3;4	50.275.107	44.435.305
Subtotal		379.338.966	372.827.209
Total do ativo		419.175.756	412.980.088
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.056.868	3.056.868
Outras reservas		112.910.799	94.602.201
Resultados transitados		13.618.652	14.122.297
Outras variações de capital próprio		59.646	(163.985)
Subtotal		138.695.965	120.667.381
Resultado líquido do exercício		9.865.129	19.983.489
Subtotal		148.561.094	140.650.870
Interesses minoritários		388.759	422.912
Total do capital próprio	3	148.949.853	141.073.782
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3;13	1.208.830	1.167.257
Financiamentos obtidos	3;8	12.724.129	12.995.570
Passivo por impostos diferidos	3	1.472.016	1.755.214
Subtotal		15.404.975	15.918.041
Passivo corrente			
Fornecedores	3	53.414.284	73.803.859
Adiantamentos de clientes	3	26.986.884	29.976.702
Estado e outros entes públicos	20	10.820.351	18.827.730
Acionistas		2.608.130	2.608.130
Financiamentos obtidos	3;8	54.242.387	37.787.229
Outras contas a pagar	3	23.888.708	18.480.577
Diferimentos	11	82.693.564	74.337.418
Outros passivos financeiros	3;18	166.620	166.620
Subtotal		254.820.928	255.988.265
Total do passivo		270.225.903	271.906.306
Total do capital próprio e do passivo		419.175.756	412.980.088

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Jun-12	Jun-11
Vendas e serviços prestados	3;12;20	99.596.128	103.745.801
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3; 9	-	-
Varição de Inventários na produção	10	(16.262)	(1.833)
Trabalhos para a própria entidade	3	144.412	452.851
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(18.403.729)	(14.529.275)
Fornecimentos e serviços externos		(49.625.105)	(48.520.512)
Gastos com pessoal	19	(19.190.724)	(16.547.697)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	10	(941.481)	(458.901)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(372.955)	(81.328)
Provisões (aumentos/reduções)	13	(41.573)	(24.661)
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		-	571
Aumentos / Reduções de justo valor	18	-	-
Outros rendimentos e ganhos	14;20	23.840.688	12.516.240
Outros gastos e perdas	14;20	(9.004.994)	(10.713.730)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25.984.407	25.837.526
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6;7	(4.537.453)	(4.701.283)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		21.446.953	21.136.243
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;20	(2.931.204)	(2.759.080)
Resultado antes de impostos		18.515.750	18.377.163
Impostos sobre o rendimento do período	17	(8.683.530)	(9.753.731)
Resultado líquido do período		9.832.220	8.623.432
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
Resultado líquido do período atribuível: (*)			
Detentores do capital da casa mãe		9.865.129	8.813.003
Interesses minoritários		(32.910)	(189.571)
Subtotal		9.832.220	8.623.432
Resultado por Ação básico		5,46	4,79



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO DE JUNHO DE 2012

Montantes expressos em EURO

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em ativos financeiros	Outras var. no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Posição em 01 de Janeiro de 2012		10.000.000	(950.000)	3.053.868	94.602.201	14.122.297	-	(163.985)	19.983.489	140.650.870	422.912	141.073.782
Aplicação do resultado do período					19.983.489	-			(19.983.489)	-		-
Posição em 01 de Janeiro de 2012 após aplicação de resultados		10.000.000	(950.000)	3.056.868	114.585.690	14.122.297	-	(163.985)	-	140.650.870	422.912	141.073.782
Alterações no período:												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										-		-
Alterações de políticas contabilísticas										-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								223.631		223.631		223.631
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-		-
Variações dos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-		-
Ajustamentos por impostos diferidos										-		-
Alteração no perímetro de consolidação						(276.812)				(276.812)		(276.812)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:					125.109	(226.833)				(101.724)	(67.063)	(168.787)
		-	-	-	125.109	(503.645)	-	223.631	-	(154.905)	(67.063)	(221.968)
Resultado líquido do período									9.865.129	9.865.129	32.910	9.898.039
Resultado integral									9.865.129	9.865.129	32.910	9.898.039
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital												-
Realizações de prémios de emissão												-
Distribuições					(1.800.000)					(1.800.000)		(1.800.000)
Entradas para cobertura de perdas												-
Outras operações												-
		-	-	-	(1.800.000)	-	-	-	-	(1.800.000)	-	(1.800.000)
Posição no fim de Junho 2012	3	10.000.000	(950.000)	3.056.868	112.910.799	13.618.652	-	59.646	9.865.129	148.561.094	388.759	148.949.853

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2012

(montantes expressos em Euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CONDURIL ENGENHARIA, S.A., anteriormente denominada de Conduril – Construtora Duriense, S.A. (“CONDURIL” ou “Empresa”), é uma sociedade anónima constituída em 14 de fevereiro de 1959, que tem a sua sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835 – 4445-416 Ermesinde – Valongo, e as empresas participadas (“Grupo”) têm como atividade principal empreitadas públicas ou particulares e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (NCRF).

a) Princípios de consolidação

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

i. Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidada nas rubricas "Interesses minoritários".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período, estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico ("Entidades de Finalidades Especiais"), ainda que não possua participações de capital diretamente ou indirectamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

ii. Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal as empresas onde exerce uma influência significativa mas em que não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *Goodwill*. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganho do período na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

iii. Entidades conjuntamente controladas

Os interesses financeiros em empresas/entidades controladas conjuntamente foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas, pelo método da consolidação

proporcional desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os ativos, passivos, perdas e ganhos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas/entidades controladas conjuntamente é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efetiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa/entidade controlada conjuntamente é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

iv. Goodwill

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O valor do *goodwill* não é amortizado. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas de imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis, sendo registadas na demonstração dos resultados do período na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não são revertíveis.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas de imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis.

v. Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e

os ganhos e perdas utilizando as taxas de câmbio médias. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capitais próprios "Outras variações no capital próprio".

O valor do *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período. Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou use e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20 – 25
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4 – 6
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

d) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que o Grupo age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

e) Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

f) Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, mesmo nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

g) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo

médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

h) Instrumentos financeiros

i. Investimentos

Os investimentos noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação destes investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrarem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

ii. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos

financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iv. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

vi. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vii. Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Empresa retiver substancialmente os riscos

e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "*Factoring* sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no Passivo, até ao momento do seu recebimento.

viii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

i) Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Grupo. O Grupo não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para o Grupo forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j) Periodização económica

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

k) Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável de cada Empresa incluída na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

l) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

m) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica "Outros proveitos operacionais" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio" e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

n) Complementos de reforma

A Conduril Engenharia, S.A. assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Conduril Engenharia, S.A. aderiu a um Fundo de Pensões de benefício definido, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - "Benefícios dos empregados".

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

o) Rédito

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da

aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas “Outras contas a receber” e “Diferimentos”.

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

p) Gastos com a preparação de propostas

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos.

q) Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas pela própria Empresa, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando os ativos desenvolvidos são identificáveis, exista forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros e serem mensuráveis de forma fiável.

r) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço

("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

s) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração de cada Empresa incluída na consolidação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 30 de junho de 2012 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Reconhecimento de réditos em obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Resultados por ações

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Conduril Engenharia, S.A. pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

b) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a

receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euro.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

Moeda	Moeda de conversão	30.06.2012		31.12.2011		30.06.2011
		31 de Junho	Câmbio médio	31 de Junho	Câmbio médio	Câmbio médio
Dólar Americano	Euro	0,7927	0,7659	0,7729	0,7138	0,7014
Dirham Marroquino	Euro	0,0900	0,0895	0,0895	n/a	n/a
Pulas Botswana	Euro	0,1024	0,1029	0,1023	n/a	n/a
Metical Moçambicano	Euro	0,0283	0,0278	0,0284	0,0247	0,0229
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,0091	0,0091	n/a	n/a	n/a

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração de cada Empresa incluída na consolidação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3.5 Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

a) Imparidade dos ativos

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos cash-flows futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada de cada Empresa incluída na consolidação, bem como nas expectativas futuras. O Grupo considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

4 FLUXOS DE CAIXA

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	30.06.2012	31.12.2011
Caixa	136.579	36.671
Depósitos à ordem	17.625.473	21.879.058
Depósitos a prazo	32.513.055	22.519.576
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	50.275.107	44.435.305

5 PARTES RELACIONADAS

5.1 Remunerações do pessoal chave da gestão

a) Total de remunerações: 527.571 Euros.

5.2 Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	País	% direta	% total
Sucursais:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Botswana	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Subsidiárias:			
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio – Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, S.A.	Angola	99,00	99,00
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	85,47	85,47
Mabalane – Inertes, Lda.	Moçambique	85,00	97,82
4M Properties	Moçambique	98,00	98,00

Entidades conjuntamente controladas:

Edifer / RRC / Conduril, ACE	Portugal	33,33	33,33
Groupement Adriano/Jaime Ribeiro/Conduril Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA/Lote 3 Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador – Construção, ACE	Marrocos	50,00	50,00
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	10,00	10,00
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	10,00	10,00
UTE Alcantara – Garrovilla	Espanha	15,00	15,00

Outras empresas:

Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	13,00	13,00
SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	Portugal	11,26	11,26
Planestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Marestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	10,00	10,00

Pessoal chave da gestão:

Conselho de Administração:	-	-	-
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) – <i>Chairman</i>			
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva)			
Dr.ª Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-Presidente da Comissão Executiva)			
Sr. Admar Américo Soares Paiva			
Eng.º Álvaro Duarte Neves Vaz			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º Carlos António Soares de Noronha Dias			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			

Outras:

Geonorte – Geotécnica e Fundações Especiais, Lda.	Portugal		-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal		-

b) Transações e saldos pendentes:

No decurso do presente período, o Grupo apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 30 de junho de 2012:

Partes Relacionadas	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Provisões
<u>Entidades com controlo conjunto ou influência significativa:</u>				
Groupement CJA / LOT 3 - Construção, ACE	721.575	-	-	-
	721.575	-	-	-
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Geonorte	100.066	436.619	-	-
	100.066	436.619	-	-
<u>Partes Relacionadas</u>				
		Rendimentos	Gastos	
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Geonorte		33.026	166.451	
		33.026	166.451	

Em 31 de Dezembro de 2011:

Partes Relacionadas	Saldos pendentes Ativos	Saldos pendentes passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Provisões
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa:				
Groupement CJA / LOT 3 - Construção, ACE	721.575	-	-	-
	721.575	-	-	-
Subsidiárias:				
4M Properties	269.411	-	-	-
	269.411	-	-	-
Outras partes relacionadas:				
Geonorte	67.400	271.763	-	-
	67.400	271.763	-	-
Partes Relacionadas		Rendimentos	Gastos	
Outras partes relacionadas:				
Geonorte		60.176	349.570	
		60.176	349.570	

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1 Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

- a) As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis – Outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%
Outros ativos intangíveis	3	33,33%

- b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

- c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Ativos intangíveis – Outros	30.06.2012		31.12.2011	
	Ativo bruto	Amort. e perdas por imparidade	Ativo bruto	Amort. e perdas por imparidade
Programas de computador	54.631	40.755	48.934	22.228
Propriedade industrial	47.827	616	47.827	526
Outros ativos intangíveis	13.379	12.383	13.379	12.204
TOTAL	115.837	53.754	110.140	34.958

- d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

Amortizações do período – Outros	30.06.2012	30.06.2011
Programas de computador	18.527	5.516
Propriedade industrial	90	108
Outros ativos intangíveis	179	175
TOTAL	18.796	5.799

e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante 2012 e de 2011 são os que se seguem:

	2012					TOTAL
	Goodwill	Projetos desenv.	Software	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2011	-	-	48.934	47.827	13.379	110.140
Adições	-	-	5.697	-	-	5.697
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2012	-	-	54.631	47.827	13.379	115.837
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2011	-	-	22.410	601	12.204	35.215
Adições	-	-	18.527	90	179	18.796
Alienações	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	(182)	(75)	-	(257)
Saldo em 30.06.2012	-	-	40.755	616	12.383	53.754
VALOR LÍQUIDO	-	-	13.876	47.211	996	62.083

	2011					TOTAL
	Goodwill	Projetos desenv.	Software	Propriedade industrial	Outros ativos Intangíveis	
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2010	-	-	46.990	47.768	14.595	109.353
Adições	-	-	1.944	-	-	1.944
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2011	-	-	48.934	47.768	14.595	111.297
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2010	-	-	10.497	252	11.850	22.599
Adições	-	-	5.515	108	176	5.799
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	330	-	-	330
Saldo em 30.06.2011	-	-	16.342	360	12.026	28.728
VALOR LÍQUIDO	-	-	32.592	47.408	2.569	82.569

7 ATIVOS TANGÍVEIS

7.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	25 – 20	4% – 5%
Equipamento básico	3 – 10	10% – 33,33%
Equipamento de transporte	4 – 6	16,66% – 25%
Equipamento administrativo	3 – 10	10% – 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10	10% – 33,33%

d) / e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2012							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Invest. em curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2011	7.590.529	25.511.378	61.407.714	20.436.785	1.791.075	361.721	1.655.705	118.754.907
Adições	-	-	1.964.398	1.357.019	80.806	1.798	144.412	3.548.433
Alienações	-	(182.212)	(1.867.763)	(1.197.272)	(2.475)	(58.061)	-	(3.307.783)
Outras variações	4.280	92.158	104.151	10.593	(29.773)	30.274	(531)	211.152
Transf. e abates	-	-	(48.069)	(192.396)	-	-	(1.022.548)	(1.263.013)
Saldo em 30.06.2012	7.594.809	25.421.324	61.560.431	20.414.729	1.839.633	335.732	777.038	117.943.696
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2011	-	14.587.709	47.999.217	15.790.213	1.310.154	271.769	-	79.959.062
Adições	-	476.013	2.782.225	1.186.306	58.728	15.385	-	4.518.657
Alienações	-	(136.659)	(454.001)	(641.230)	(1.105)	(45.814)	-	(1.278.809)
Outras variações	-	44.850	107.109	12.216	(25.262)	25.014	-	163.927
Transf. e abates	-	-	(665)	(66.772)	695	-	-	(66.742)
Saldo em 30.06.2012	-	14.971.913	50.433.885	16.280.733	1.343.210	266.355	-	83.296.096
VALOR LÍQUIDO	7.594.809	10.449.411	11.126.546	4.133.996	496.423	69.377	777.038	34.647.600

2011

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Invest. em curso	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2010	7.245.341	24.455.738	53.225.948	19.286.151	1.656.868	338.111	809.854	107.018.011
Adições	329.029	-	4.622.018	2.494.912	59.988	-	5.394.253	12.900.200
Alienações	-	-	(2.081.893)	(548.651)	(532)	(216)	-	(2.631.292)
Transf., abates	-	-	-	-	-	(9.947)	(3.177.967)	(3.187.914)
Regulariz.	-	(233.507)	(1.026.330)	10.226	6.607	270.520	(251.165)	(1.223.649)
Saldo em 30.06.2011	7.574.370	24.222.231	54.739.743	21.242.638	1.722.931	598.468	2.774.975	112.875.356
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2010	-	13.320.037	41.202.506	13.778.615	1.120.435	241.466	-	69.663.059
Adições	-	555.709	2.377.659	1.691.460	53.863	16.792	-	4.695.483
Alienações	-	-	(211.748)	(224.914)	(203)	(47)	-	(436.912)
Regulariz.	-	(74.797)	(1.155.561)	269.786	26.782	(16.137)	-	(949.927)
Saldo em 30.06.2011	-	13.800.949	42.212.856	15.514.947	1.200.877	242.074	-	72.971.703
VALOR LÍQUIDO	7.574.370	10.421.282	12.526.887	5.727.691	522.054	356.394	2.774.975	39.903.653

7.2 Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

Ativos tangíveis	Dispêndios reconhecidos durante a construção
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	144.412
Equipamento básico	-
Outros ativos fixos tangíveis	-
TOTAL	144.412

7.3 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados	Depreciação reconhecida como parte de custo de outros ativos	TOTAL
Terrenos e recursos naturais	-	-	-
Edifícios e outras construções	476.013	-	476.013
Equipamento básico	2.782.225	-	2.782.225
Equipamento de transporte	1.186.306	-	1.186.306
Equipamento administrativo	58.728	-	58.728
Outros ativos fixos tangíveis	15.385	-	15.385
TOTAL	4.518.657	-	4.518.657

7.4 Depreciação acumulada no final do período

Depreciação acumulada	30.06.2012	31.12.2011
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	14.971.913	14.587.708
Equipamento básico	50.433.885	47.999.218
Equipamento de transporte	16.280.733	15.790.213
Equipamento administrativo	1.343.210	1.310.154
Outros ativos fixos tangíveis	266.355	271.768
TOTAL	83.296.096	79.959.061

7.5 Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Investimentos em curso”, em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, referem-se aos seguintes projetos:

	30.06.2012	31.12.2011
Novas instalações	777.038	656.243
Equipamentos		999.462
TOTAL	777.038	1.655.705

8 LOCAÇÕES

8.1 Locações financeiras - Locatários:

a) Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

	30.06.2012	31.12.2011
Equipamento básico	729.049	812.332
Equipamento de transporte	132.269	208.381
TOTAL	861.318	1.020.713

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 e o seu valor presente:

	30.06.2012	31.12.2011
Pagamentos mínimos até um ano	621.648	723.231
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	584.281	746.777
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
Total de pagamentos mínimos	1.205.930	1.470.008
Pagamento de juros futuros	80.080	94.538
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	1.125.850	1.375.470

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço, e o seu valor presente:

	Pagamentos mínimos		Valor presente	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Não mais de 1 ano	621.648	723.231	572.680	667.123
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	584.281	746.777	553.170	708.347
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	1.205.930	1.470.008	1.125.850	1.375.470

9 INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

9.1 Empreendimentos conjuntos

a) Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

Descrição	Tipo de empreendimento	Outros participantes
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Edifer e RRC
Groupement Adriano/Jaime Ribeiro/Conduril Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Monte Adriano e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA/Lote 3 Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Monte Adriano e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador – Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Edifer, Dragados e Tecnovia
Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Edifer, Dragadose Tecnovia

b) Proporção do interesse de propriedade detido:

Denominação social	Proporção do interesse detido	Método de consolidação
Edifer / RRC / Conduril, ACE	33,33%	Equivalência patrimonial
Groupement Adriano/Jaime Ribeiro/Conduril Construção, ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement CJA/Lote 3 Construção, ACE	33,33%	Custo
Groupement Túnel de Nador – Construção, ACE	50%	Método proporcional
Rodovias do Algarve Litoral, ACE	10%	Método proporcional
Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	10%	Método proporcional

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras dos agrupamentos Edifer / RRC / Conduril, ACE, Groupement CJA/Lote 3 Construção, ACE, Groupement Adriano/Jaime Ribeiro/Conduril Construção, ACE e Groupement Túnel Nador – Construção, ACE.

c) Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas controladas conjuntamente foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado até à data em que ele efetivamente termine. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível.

9.2 Empresas subsidiárias

Denominação social	Método de consolidação
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Consolidação integral
Edirio – Construções, S.A.	Consolidação integral
Métis Engenharia, S.A.	Consolidação integral
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Consolidação integral
Mabalane – Inertes, Lda.	Consolidação integral
4M Properties	Consolidação integral

9.3 Detalhe da conta de investimentos financeiros

Descrição	30.06.2012	31.12.2011
<i>Outras participações financeiras</i>		
BAI – Banco Africano de Investimento	341.375	341.375
SPER	129.500	363.440
Rotas do Algarve	110.000	130.000
Outras participações	86.815	92.494
TOTAL	667.690	927.309

Relacionado com estas participações encontra-se registado na rubrica de Outros ativos financeiros os seguintes empréstimos concedidos:

Denominação social	Empréstimos concedidos
UTE Alcantara-Garrovilla	147.974
SPER	3.950.732
Rotas do Algarve Litoral	176.000
SDMH-Soc.Desenvolvimento Mini-Hidricas	23.800
TOTAL	4.298.506

10 Inventários

10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	30.06.2012	31.12.2011
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.659.547	10.402.441
Produtos acabados e intermédios	791.171	835.521
Produtos e trabalhos em curso	961.373	961.373
	12.412.091	12.199.334
Perdas de imparidade	(3.682.202)	(2.655.108)
TOTAL	8.729.889	9.544.227

10.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o período foi como se segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	30.06.2012	30.06.2011
Inventário inicial	7.839.631	7.766.466
Perdas por imparidade em existências	(941.481)	(458.901)
Compras	18.429.573	15.175.559
Reclassificação e regularização de inventários	53.351	(160.281)
Inventário final	(6.977.345)	(7.793.568)
Gasto do período	18.403.729	14.529.275

Período de 6 meses - 2012	Produtos acabados	Produtos e	Total
	/intermédios	trabalhos em curso	
Inventário final	791.171	961.373	
Reclassificação e regularização de inventários	27.396	-	
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	
Alteração no perímetro	-	-	
Inventário inicial	834.828	961.373	
Variação de inventários na produção	16.261	-	16.261

Período de 6 meses - 2011	Produtos acabados	Produtos e	Total
	/intermédios	trabalhos em curso	
Inventário final	487.280	1.312.823	
Reclassificação e regularização de inventários	5.004	-	
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	
Inventário inicial	484.109	1.312.823	
Variação de inventários na produção	1.833	-	1.833

10.4 Quantia das perdas de imparidade em inventários reconhecida como um gasto do período

O valor das perdas de imparidade reconhecidas como gasto do período foi o seguinte:

Perdas por imparidade em inventários	30.06.2012	30.06.2011
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	941.481	458.901
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	941.481	458.901

11 CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1 Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 30 de junho de 2012 e 2011, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período eram como se segue:

Obra/Contrato	Rédito do período 2012	Rédito do período 2011
Contratos de construção	95.402.138	96.892.353
TOTAL	95.402.138	96.892.353

11.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

O método usado para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso é o método de percentagem de acabamento. De acordo com este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído.

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os custos do contrato incorridos no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4 Informação relativa aos contratos de construção em curso

	Custos incorridos	Lucros reconhecidos	Adiantamentos recebidos	Retenções
Contratos em curso	66.011.795	89.342.034	16.378.437	4.161.147
TOTAL	66.011.795	89.342.034	16.378.437	4.161.147

12 RÉDITOS

12.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados.
- b) Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- c) Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- d) Dividendos** - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	30.06.2012	30.06.2011
Vendas de bens	3.609.954	1.345.916
Prestações de serviços	95.986.174	102.399.885
Juros	1.348.749	218.161
Royalties	-	143
Dividendos	-	322.039
TOTAL	100.944.877	104.286.144

13 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1 Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 30 de Junho de 2012, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

Provisões	Saldo					Saldo Final
	Inicial	Aumentos	Utilização	Reversão	Regularização	
Garantias a clientes	990.853	51.369	(9.796)	-	-	1.032.425
Processos judiciais em curso	166.650	-	-	-	-	166.650
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	9.755	-	-	-	-	9.755
TOTAL	1.167.257	51.369	(9.796)	-	-	1.208.830

14 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	30.06.2012	30.06.2011
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos e perdas	5.685.650	6.684.403
	5.685.650	6.684.403
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos e ganhos	10.338.646	3.738.062
	10.338.646	3.738.062

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

Diferenças de câmbio no capital próprio a 31 de Dezembro de 2011	1.494.442
Reforços	834.799
Anulações	(17.533)
Diferenças de câmbio no capital próprio a 30 de Junho de 2012	2.311.708

15 ACONTECIMENTO APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

16 MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotados, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual da Empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 30 de Junho de 2012, a Empresa incorreu em gastos que ascenderam a 15.250 Euros.

Para mensurar os dispêndios de carácter ambiental, a Empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de carácter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	Quantia imputada a resultados
Tratamento de resíduos	15.250
Tratamento de águas residuais	-
TOTAL	15.250

17 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1 Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	30.06.2012	30.06.2011
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	8.734.934	9.835.805
	8.734.934	9.835.805
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(51.404)	(82.074)
	(51.404)	(82.074)
Gasto com impostos sobre o rendimento	8.683.530	9.753.731

17.2 Imposto diferido ou corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.3 Relacionamento entre gastos/ rendimentos de impostos e lucro contabilístico

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:

	30.06.2012	30.06.2011
Resultado antes de imposto	18.515.750	18.377.164
Gasto com impostos sobre o rendimento	8.683.530	9.753.731
Taxa efetiva de imposto	46,9%	53,1%
Taxa nominal de imposto (29,3% em 2011 e 28,77% em 2010)	4.495.231	4.594.291
Ajustamentos:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	45.083	-
Taxas diferenciadas de imposto e efeito dupla tributação	3.461.853	3.815.275
Gastos não aceites como custo fiscal	60.763	67.383
Tributações autónomas	165.970	114.360
Derrama	688.873	758.533
Prejuízos fiscais gerados no período	80.397	374.376
Impostos diferidos decorrentes de exercícios anteriores	(293.346)	-
Outros	(21.294)	29.515
	4.188.299	5.159.441
Gasto com impostos sobre o rendimento	8.683.530	9.753.732

O montante relativo a “Taxas de imposto diferenciadas” decorre, essencialmente, do facto de a Sucursal de Angola ser tributada em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa nominal de 35%.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2 Ativos e Passivos Financeiros

a) Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	30.06.2012		31.12.2011	
	Custo	Imparidade acumulada	Custo	Imparidade acumulada
Clientes, c/c	260.121.460	-	259.778.482	-
Clientes, c/garantias	8.772.912	-	9.705.091	-
Clientes de cobrança duvidosa	3.905.227	(3.905.227)	3.458.280	(3.458.280)
TOTAL	272.799.599	(3.905.227)	272.941.853	(3.458.280)

b) Passivos financeiros mensurados ao justo valor:

	Quantia escriturada	Quantia escriturada	Redução do justo valor
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012
Swaps de taxa de juro	(166.620)	(166.620)	-
TOTAL	(166.620)	(166.620)	-

c) Base de determinação do justo valor

Para cada ativo e passivo financeiro, nomeadamente, os swaps de taxa de juro, mensurados ao justo valor, a base para determinação do justo valor resultou da soma do valor atualizado das trocas de fluxos futuras, tendo em conta a taxa de juro fixa contratada e o valor esperado para o indexante subjacente em cada uma das datas de trocas dos respetivos fluxos.

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pela Empresa foi efetuado pelas respetivas contrapartes, consideradas entidades financeiras independentes.

18.3 Total de Rendimento e Gasto de Juros para Ativos e Passivos Financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo.

De acordo com este método, o total de rendimentos de juros para os ativos financeiros e o total de gastos de juros para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

a) Rendimentos de juros para ativos financeiros:

Ativos Financeiros	30.06.2012	30.06.2011
Depósitos bancários	740.071	217.641
Outros	9.180	520
TOTAL	749.251	218.161

b) Gastos de juros para passivos financeiros:

Passivos Financeiros	30.06.2012	30.06.2011
Financiamentos	1.940.518	1.059.987
Locações financeiras	23.657	16.626
Outros	44.141	55.632
TOTAL	2.008.315	1.132.245

18.4 Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas.

Desta avaliação, a Empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

Ativos Financeiros	Perda por imparidade 30.06.2012	Perda por imparidade 30.06.2011	Reversões 30.06.2011
Clientes	372.955	83.500	2.172
Outras contas a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	372.955	83.500	2.172

18.5 Montante de capital social

A 30 de Junho de 2012, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

18.6 Ações representativas do capital social

A 30 de Junho de 2012, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

19 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1 Benefícios pós-emprego

A 31 de Dezembro de 2011, existiam 55 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Os gastos reconhecidos no período de 2011 com benefícios pós-emprego ascendem a 448.743 euros.

O excesso da responsabilidade coberta reportado a 31 de Dezembro de 2011, no valor de 116.356 euros, encontra-se registado na rubrica de Diferimentos.

Esta informação será devidamente atualizada à data de 31 de Dezembro de 2012.

20 OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1 Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros entes Públicos” em 30 de Junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, é o seguinte:

Ativo	30.06.2012	31.12.2011
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	6.792	2.278
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.658.114	5.984.321
Outras tributações	299.704	400.802
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	3.661.330	4.527.224
TOTAL	9.625.940	10.914.625

	30.06.2012	31.12.2011
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	582.669	733.854
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.185.542	3.274.033
Contribuições para a Segurança Social	381.327	517.462
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	6.651.648	14.153.574
Outras tributações	19.165	148.807
TOTAL	10.820.351	18.827.730

20.2 Garantias prestadas

Em 30 de Junho de 2012, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 89.173.398 euros.

20.3 Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 30 de Junho de 2012 e 2011 distribuíram-se da seguinte forma:

	30.06.2012	30.06.2011
Vendas e Prestações de serviços:		
Mercado interno	38.343.230	29.620.385
Mercado externo	61.252.898	74.125.416
TOTAL	99.596.128	103.745.801

20.4 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem, no período findo em 30 de Junho de 2012 e 2011, a seguinte composição:

	30.06.2012	30.06.2011
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	4.770.305	3.455.072
Descontos de pronto pagamento obtidos	296.892	684.941
Recuperação de dívidas a receber	0	0
Ganhos em inventários	647.941	0
Diferenças de câmbio favoráveis	10.338.646	3.738.062
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	1.218.987	1.925.576
Juros obtidos	727.304	541.182
Outros	5.840.613	2.171.407
TOTAL	23.840.688	12.516.240

20.5 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem, no período findo em 30 de Junho de 2012 e 2011, a seguinte composição:

	30.06.2012	30.06.2011
Outros gastos e perdas		
Impostos	1.031.816	1.139.551
Descontos de pronto pagamento concedidos	767.339	381.072
Dívidas incobráveis	124.858	40.573
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.685.650	6.684.403
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1.135.706	1.624.727
Outros	259.625	843.404
TOTAL	9.004.994	10.713.730

20.6 Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	30.06.2012	30.06.2011
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	1.968.492	1.121.333
Outros gastos e perdas de financiamento	962.712	1.637.746
	2.931.204	2.759.079